

Arqueologia História

Volume nº 58 | 59 - 2006 | 2007

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

In Memoriam

Teresa Gamito
João José Fernandes
Gomes



D. Maria Ana de Áustria - a Rainha desaparecida

Eduardo Sucena

Em 1989, por ocasião das comemorações do tricentenário do nascimento de D. João V, desencadeou-se em Maфра um movimento a favor da trasladação para a Basílica local dos restos mortais daquele monarca e da sua mulher, a rainha D. Maria Ana de Áustria. O motor desse movimento foi o Sr. Vasco Marques, natural daquela vila e residente no Bombarral, que não se poupou a esforços, junto das entidades oficiais e outras, para atingir o seu fim. O argumento principal era que o *Magnânimo*, segundo o testemunho de Frei António de Sant'Ana no sermão das exéquias, realizadas a 8 de Agosto de 1750, exprimira repetidas vezes o desejo de ser tumulado naquela Basílica. Aliás, mandara abrir e reservar na respectiva capela-mor, de ambos os lados, vãos destinados aos túmulos reais.



Túmulo do Museu do Carmo

Para surpresa do activo Sr. Vasco Marques, veio este a verificar, no decurso das suas diligências, que o cadáver da rainha D. Maria Ana não estava junto do seu marido, no Panteão da Casa de Bragança, como seria de presumir. Quem, segundo a respectiva inscrição, se encontra junto do rei é, na verdade, a sua irmã, a infanta D. Isabel Luísa Josefa.

O que terá, pois, acontecido aos restos mortais da malograda rainha?

D. Maria Ana Josefa Antónia, 3ª filha do imperador Leopoldo I e de sua mulher D. Leonor de Neubourg, arquiduquesa da Áustria, nasceu em Linz a 7 de Setembro de 1683. A ideia do seu consórcio com o herdeiro do trono português fora sugerida a D. Pedro II pelo arquiduque Carlos por ocasião da sua permanência em Lisboa, em 1704, na qualidade de pretendente ao trono espanhol, apadrinhado e financiado pelo nosso monarca. O arquiduque fora aclamado no ano anterior, em Viena, rei da Espanha, e voltara a sê-lo em 1706, em Madrid, então ocupada por um exército de portugueses, ingleses e holandeses sob o comando do 4º marquês das Minas, D. António Luís de Sousa. No entanto, quem se viria a sentar no trono espanhol seria o duque de Anjou, neto de Luís XIV, Filipe V, e não Carlos III como o arquiduque já se fazia tratar.

A estada de D. Carlos em Lisboa, envolvidos como estávamos na Guerra da Sucessão da Espanha por influência de Guilherme III da Inglaterra, se nos trouxe pesados encargos financeiro, tal como essa Guerra nos havia de trazer elevadas perdas em vidas, teve de positivo, ao menos, aquela ideia do consórcio, que o próprio arquiduque, já então na Catalunha, se encarregou de transmitir à corte de Viena, onde foi bem acolhida.

Pela parte portuguesa, as negociações foram iniciadas pelo conde de Assumar e continuadas pelo 3º conde de Vilar Maior, Fernão Teles da Silva, este já na qualidade de embaixador extraordinário. Dessas negociações resultou o pedido formal de casamento e a assinatura do respectivo contrato, celebrando-se os esponsórios a 9 de Julho de 1708 na catedral de Santo Estevão, sendo D. João V, já então rei, representado pelo imperador José I, irmão da noiva, a qual, em seguida, iniciou a viagem para Portugal com a sua comitiva, via Haia e Roterdão, onde embarcou para Inglaterra. Aí, atendendo-se à Aliança luso-britânica e ao apoio de Portugal à posição inglesa na Guerra da Sucessão da Espanha, foi a rainha recebida com excepcionais honras, permanecendo como hóspede da corte de Londres até 17 de Outubro devido ao mau tempo que se fazia sentir. Reembarcou depois em Portsmouth com destino a Lisboa, na nau *Royal Ann*, em que viajava também o almirante Bings, que comandava uma esquadra de 18 naus de guerra e 150 navios mercantes.

A 26 desse mês verificou-se a entrada no Tejo da esquadra, mas a rainha, devido aos incómodos da viagem por mar, só desembarcou no dia seguinte, com a pompa e circunstância que o acontecimento impunham. Abundam os relatos das festas da recepção, que se prolongaram por vários dias, entre os quais se destacam: o de D. António Caetano de Sousa na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicada entre 1735 e 1748 (tomo VIII, p. 23 e seguintes); o do manuscrito da Biblioteca Pública do Porto intitulada *Relação e breve compêndio da entrada da sereníssima rainha de Portugal D. Maria Ana Josefa Antónia de Austria, filha do Imperador Leopoldo Inácio, 1º do nome, vindo a casar com D. João 5º, filho de el-rei D. Pedro 2º, com notícia das festas de toiros feitas no Terreiro do Paço, da cidade de Lisboa. Escritas por um curioso que em todas as ocasiões se achou presente*; e, ainda, o da *Gazeta campestre em forma de carta*, de 1701-1716, de José Soares da Silva, também a esse respeito muito noticioso.

Não interessa, porém, dar aqui conta de que foram

essas festas em que a corte portuguesa e a cidade de Lisboa se esmeraram. Basta dizer que, trocados os cumprimentos da praxe e substituída a condessa de La Tour no cargo de camareira-mor da rainha pela marquesa de Unhão, se seguiram, na Capela Real, as bênçãos nupciais dadas pelo bispo, capelão-mor, D. Nuno da Cunha, e, após elas, a velada no paço com a presença da fina-flor da nobreza e outros convidados.

D. Maria Ana de Áustria tinha então 24 anos. Alta, de porte majestoso e de trato insinuante, cativou desde logo as simpatias não consentindo que a infanta D. Francisca e os infantes, seus cunhados, lhe beijassem a mão como mandava a pragmática.

D. António Caetano de Sousa diz que ela era «muy formosa, com grande bizarria, e excelentemente airosa, rosto redondo, os olhos grandes, e pardos, muito brancos, e corada, nariz e boca pequenos, e proporcionados, dentes perfeitíssimos, com fisionomia alegre, e sumamente agradável». Senhora culta, que dominava o latim, o italiano, o francês e o castelhano, além do alemão, a sua língua materna, falava e escrevia “com admirável propriedade”. Apreciava a música, tocando vários instrumentos, entre eles o cravo. Interessava-se pela pintura e pelos bordados. Dançava graciosamente. E revelou-se exímia caçadora exercitando a cinegética nas tapadas reais.

Fazendo *pouco ruído*, na expressão de Cunha Brochado, acompanhava atentamente os negócios do reino; atraía-na as coisas do mar, não faltando ao lançamento à água dos novos navios, e até o progresso industrial não lhe era indiferente, haja em vista as visitas que nessa área realizou, em 1727, entre elas à Real Fábrica de Vidros de Coima, mais tarde transferida para a Marinha Grande. No capítulo das distrações, a sua preferência ia para os passeios no Tejo, em que se fazia acompanhar por membros da família real e da corte.

Um dos aspectos mais notáveis do carácter da rainha era a sensibilidade que revelou perante as necessidades e o sofrimento alheios, e tão generosa foi na distribuição de dádivas aos mais desfavorecidos, que chegou a ser acusada de pródiga. Outro dos sentimentos que a exornavam, era o da religiosidade, de que existem elucidativas notícias na *Description de la ville de Lisbonne*, de autor anónimo, e na *Gazeta de Lisboa*. Foi esse sentimento que a levou a fundar em 1723 o Hospício dos Religiosos Carmelitas Descalços Alemães, construído à sua custa no sopé do monte de Santa Catarina, depois de obtido, para o efeito, o breve do Papa Clemente XI,

sendo a respectiva igreja benzida em 19 de Março daquele ano.

Os carmelitas descalços alemães vieram para Portugal no mesmo ano de 1708 em que a Rainha cá chegou, e a instâncias desta, que entendeu ser necessário prestar assistência religiosa aos cidadãos de língua alemã aqui residentes ao tempo, e que formavam uma antiga comunidade com irmandade própria - a de S. Bartolomeu - com capela na primitiva igreja de S. Julião, e cujas origens remontavam a 1290. O primeiro desses religiosos foi Frei Leopoldo de Santa Teresa, a que se seguiram mais três, que tiveram casa junto à ermida de S. Pedro Gonçalves, ao Corpo Santo, passando depois para a ermida da Ascensão de Cristo, na Calçada do Combro, e, por fim, para o Hospício mandado erigir pela rainha.

Dedicados a S. João Nepomuceno e à Senhora Santa Ana, o hospício e a igreja ficavam junto à Calçada Salvador Correia de Sá (neto do general governador do Rio de Janeiro e de Angola e 2º Visconde de Asseca, que aí teve umas casas). A escolha de S. João Nepomuceno para patrono, devem-se à devoção da rainha fundadora por esse santo, que viveu entre 1330 e 1383, e que foi morto por afogamento por ordem de Venceslau IV da Alemanha a quem se recusou a revelar um segredo de confissão da sua mulher, a rainha Joana. Desse patrono resta no pátio do edifício a estátua em pedra, mutilada, como também lá se encontra ainda uma pedra com as armas de Portugal e de D. Maria Ana de Áustria. É curioso referir que, anos mais tarde, outro devoto do santo erigiu-lhe uma monumental estátua, da autoria do escultor italiano João António de Pádua, sobre o lado norte da desaparecida ponte de Alcântara, peça essa actualmente recolhida no Museu desta Associação e que apresenta uma legenda em latim cuja tradução é a seguinte: “A S. João Nepomuceno, novo taumaturgo do mundo, dominador da terra, do fogo, da água e do ar, e sobretudo aplacador dos mares, um seu devoto, reconhecido para com o seu protector, ergueu esta estátua no ano de 1743 depois de salvo”. Quem fosse esse devoto, não o sabemos; mas era, com certeza, pessoa abonada, como o atesta a grandiosidade do monumento, de 6 metros da altura.

A igreja do hospício de S. João Nepomuceno foi sendo beneficiado ao longo do tempo. Em 1737 terá sofrido importantes obras sob a responsabilidade de Carlos Mardel. Em 17 de Junho de 1749 recebeu uma «perfeitíssima imagem do glorioso Menino Jesus de

Praga» com a assistência da rainha, da princesa D. Maria Bárbara e das infantas, em cerimónia que terminou com um *Te Deum Laudamus*. Em 1752 D. Maria Ana de Áustria dotou-a «larga e realengamente» com rendas e alfaia e determinou no seu testamento ser nela sepultada, como efectivamente foi. Falecida a 14 de Agosto de 1754, o seu corpo ficou depositado na igreja do Hospício em mausoléu próprio, após a extracção do coração, que mandou fosse para a cripta da sua família de origem (a Kaisergruft, na igreja do convento dos Capuchinhos, no centro de Viena) onde se encontra em monumento que foi objecto de uma bem documentada comunicação do nosso prezado Consócio Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo à Academia Portuguesa de História, publicada nos *Anais* dessa Academia (II Série), vol. 37, 1998).

Mas nem sempre os mortos têm o merecido descanso e nem sempre a sua vontade é respeitada. Sua neta, a rainha D. Maria I, decidiu trasladar os restos da avó para o antigo mosteiro de S. Vicente de Fora dos cônegos regantes de Santo Agostinho. Morta havia 26 anos, ao abrir-se em 23 de Julho de 1780 o caixão, verificou-se que o corpo de D. Maria Ana de Áustria estava incorrupto, o que fez espalhar-se a fama da sua santidade, conforme nos conta Frei Cláudio da Conceição no *Gabinete Histórico* (tomo XII, pp. 295 e seguintes), onde descreve pormenorizadamente o cerimonial a que então se procedeu. Na noite de 27, depois de o corpo ter sido vestido de novo, e exposto, foi encerrado em caixão de chumbo onde foi gravado o seguinte:

D.O.M. D. MARIA ANNA DE AUSTRIA. REGINA
FIDELISSIMA PORTUGALIAE, ET ALGARBIORUM
REGI JOANNI V. NUPSIT ANNO DOMINI
MDCCVIII – VIXIT – COPULATA CONJUGI
ANNOS XLII SUPERSTES CONJUGI ANNOS IV.
DIEM CLAUSIT EXTREMUM – ANNO MDCCLIV
– MENSIS AUGUSTI DIE XIV.
AETATIS SUAE ANNO LXXI – CUJUS CORPUS
RECOGNITUM.

Esta inscrição foi gravada por António Rodrigues de Leão, que cobrou 3200 [...] pelo trabalho (Casa Real, Lº 505, 18 de Dezembro de 1780).

O caixão foi depois colocado sobre uma eça erigida

no meio da igreja. “Depois dos costumados Responsórios foi levado pelas primeiras pessoas da Nobreza, e posto no Túmulo, que se acha no lado da Epístola do Altar maior” [de S. Vicente de Fora], lavrando-se a escritura da entrega do corpo, que foi assinada pelo Secretário de Estado, pelo vigário do Hospício e por várias testemunhas nobres.

Houve, portanto, uma transferência do túmulo (da igreja de S. João Nepomuceno para a de S. Vicente de Fora), obra do escultor Francisco Leal sob risco de Machado de Castro e que apresentava na arca a seguinte inscrição:

MARIA ANNA/ PORTUGALIAE
REGINA/ JOANNIS V REGIS VIDUA/ OBIIT
ANNO MDCCLIV/ XIV AUGUSTI.

Ora sucede que D. Fernando, então regente do reino na menoridade de D. Pedro V, tomara a iniciativa da criação de um Jazigo Real no edifício do antigo mosteiro de S. Vicente de Fora, destinado aos membros da Casa de Bragança. Para lhe dar execução, a portaria do Ministério do Reino, de 7 de Dezembro de 1853, encarregava o cardeal patriarca D. Guilherme Henriques de Carvalho e o conselheiro Diogo António Corrêa de Sequeira Pinto de constituírem uma comissão para aquele efeito, orçamentando a respectiva despesa. Esta foi estimada em 6 000\$000 réis e, já em 18 de Maio de 1855, o secretário da comissão, Manuel Cesário Silva, informava sobre a possível disposição dos féretros no Jazigo.

É de notar que, além do túmulo de D. João IV (1604 – 1656), que em testamento se fizera sepultar na igreja de S. Vicente de Fora, já se encontravam na capela-mor desta, em 1758, os de D. Pedro II, da sua segunda mulher D. Maria Sofia de Neuburgo e dos seus pequenos filhos D. João (1688) e D. Teresa (1696 – 1704), a que se juntou, em 1780, o de D. Maria Ana de Austria, todos depois transferidos para o Jazigo Real. Inácio de Vilhena Barbosa, referindo-se a este (*Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1863, pp. 227 a 229), escreve:

“Ao lado da capela-mor, da parte do Evangelho, está uma pequena porta, que dá entrada para a casa que serviu de jazigo real, e serve agora [àquela data] de última morada aos patriarcas de Lisboa. É uma casa comprida, muito estreita e lúgubre, toda forrada de pano preto, a qual pela sua simplicidade e pobreza contrastava com

os esplendores e grandezas que cercaram na vida os reis e príncipes que ali repousaram por larga série de anos”.

Em 1863 o jazigo real fora já mudado para o antigo refeitório dos cônegos regantes de Santo Agostinho e José Manuel Dinis Oliveira Travassos na sua *Breve Notícia do Real Templo e Mosteiro de S. Vicente de Fora e das Pessoas Reaes que n'elle jazem*, publicada naquele ano, dá a de relação dos corpos ali depositados, todos “em caixões forrados, uns de seda e outros de velludo preto e encarnado, com galões a oiro, com argolas e fechaduras douradas”, excepto o de D. João IV, que estava em túmulo de mármore.

A *Ilustração Portuguesa* de 11 de Novembro de 1889 (5º ano, nº 43, pp. 10 e 11) sob o título de *O Pantheon dos Reis Portuguezes* descreve o Jazigo Real da seguinte forma:

«O jazigo é quadrilongo, decorado com arcadas e pilares de cantaria em barretes de abóbada de três angulos vivos ou salientes e dois reentrantes, guarnecidos e arrinquados de pedra lioz. Mede 38 metros de comprimento sobre 9,75 metros de largura e 7,50 de altura. Dos dois lados é guarnecido com eças geraes, subdivididas todas em apainelados de mosaico em marmore de côres. No centro ha duas eças com quatro faces, com embutidos de marmore e decorações em alto relevo. Na parte superior do jazigo ergue-se o altar em mosaico, com guarnições eguaes às das eças.

«A porta do jazigo é de ferro fundido, com elegantes e primorosos festões. No arco que a forma vêem-se as armas portuguezas em relevo doirado. A ante-sala do jazigo mede 16 metros de comprimento sobre 9.75 de largura. A porta é de vinhatico, com grandes almofadas. Sobre ella, n'um largo tarjão de ferro, lê-se a seguinte inscripção, com letras de bronze doirado:

REAL JAZIGO
DOS MONARCHAS, PRINCIPES
E MAIS PESSOAS REAES
DA SERENISSIMA CASA DE BRAGANÇA
QUE, NO REINADO DE SUA Magestade
EL-REI D. PEDRO QUINTO,
MANDOU ERIGIR SEU AUGUSTO PAE
EL-REI D. FERNANDO SEGUNDO,
REGENTE DO REINO
1855

«No centro do Pantheon estão levantadas duas eças, a primeira com o corpo do rei soldado, D. Pedro IV, e a segunda onde está D. Pedro V.

«Estão cobertas de pannos pretos franjados de oiro.

«Ao lado conservam-se ainda algumas das corôas que lhe foram offerecidas.

«Do lado esquerdo encontram-se os tumulos da infanta D. Isabel Maria, fallecida em 22 d'abril de 1876; princeza D. Amelia, fallecida no Funchal a 4 de fevereiro de 1853; imperatriz D. Amelia, fallecida a 26 de janeiro de 1873; dos dois infantes D. João e D. Fernando, fallecidos, aquelle a 27 de dezembro e este a 6 de novembro de 1861; da rainha D. Estephania, fallecida em 17 de julho de 1859; da rainha D. Maria II, fallecida a 15 de novembro de 1853; do príncipe D. Augusto, fallecido a 28 de março de 1835; da rainha D. Carlota Joaquina; do rei D. João VI, fallecido a 10 de março de 1826; do príncipe D. José, filho de D. Pedro III, fallecido a 11 de setembro de 1788; da infanta D. Maria Clementina, fallecida a 20 de julho de 1776, e da infanta D. Maria Isabel, fallecida a 14 de janeiro de 1777; seguem-se ainda três caixões, contendo os restos mortaes de mais três filhos menores de D. Maria II.

«Do lado direito estão os feretros do infante D. João e da infanta D. Maria, filha de D. Maria II.

«Seguem-se os do rei D. Pedro III, fallecido em 25 de maio de 1786; rainha D. Maria Francisca; infanta D. Maria Dorothea, fallecida em 14 de janeiro de 1771; príncipe D. Pedro, filho de D. João V; D. João V, fallecido em 31 de julho de 1750; **rainha D. Marianna de Austria**; infante D. Carlos, fallecido em 30 de março de 1736; e seus irmãos o infante D. Manuel, fallecido a 3 de julho de 1776; infante D. António, fallecido a 20 de outubro de 1757; infante D. Francisco, fallecido a 21 de julho de 1742; rainha D. Maria Sophia, mulher em segundas núpcias de D. Pedro II, fallecida a 4 de julho de 1699; D. Pedro II, fallecido em 9 de dezembro de 1700; infanta D. Francisca Josepha, filha de D. Pedro II, fallecida a 15 de julho de 1736; e rei D. Afonso VI, fallecido nos paços de Cintra a 12 de setembro de 1665.

«O cadaver do Senhor Infante D. Augusto ali ficou também depositado no 1º de outubro findo».

Este arranjo do Jazigo Real, agora denominado *Panteão*, foi feito sob o risco do Arqº José da Costa Sequeira, da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, e a ele alude, ligeiramente, Júlio de Castilho na sua *Lisboa Antiga/Bairros Orientais* (1884 – 1890). Mas em 1932/33 o Panteão sofre novo arranjo, desta vez sob o risco do

Arqº Raul Lino, que lhe modifica o aspecto fúnebre e a arrumação dos féretros. Em “Aditamento” àquela referência de Júlio Castilho, A. Vieira da Silva, na 2ª edição da citada obra (vol. VII, 1937, pp. 143 a 150) descreve essa nova arrumação e, começando pelo túmulo de D. João IV, embebido no vão do lado sul, hoje tapado, que dava acesso a uma grande sala, menciona os túmulos dos reis D. Carlos I (1863 – 1908), D. Manuel II (1889 – 1932) e do príncipe D. Luís Filipe (1887 – 1908), aos quais depois foi acrescentado o da rainha D. [Maria] Amélia [Luísa Helena de Orleães] (1865 – 1951), ao centro, e dá nota da disposição dos féretros nos vinte e dois receptáculos vedados por placas de mármore e dispostos em duas ordens de cada lado do Panteão: (conforme representado no esquema na página seguinte).

Transitoriamente, estiveram também no Panteão os corpos de D. Pedro II do Brasil (1825 – 1891) e de sua mulher D. Teresa Cristina (1822 – 1889). Foram ambos trasladados para o Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1920.

Actualmente, estão também ali os corpos do rei D. Miguel I (1802 – 1866) e de sua mulher D. Adelaide de Loewenstein-Wertheim-Rosenberg (1831 – 1909) e também da rainha D. Maria Amélia de Orleães e Bragança (1865 – 1951).

Já Oliveira Martins notara, a propósito da trasladação (em 26 de Março de 1914) dos filhos de D. João IV (D. Catarina, D. Teodósio e D. Joana) dos Jerónimos para S. Vicente de Fora, que nas indicações do Panteão existiam várias anomalias: a ausência de referência aos restos mortais do príncipe D. Teodósio (1634 – 1653); a existência de uma inscrição referente à infanta D. Ana (1635), também filha do *Restaurador*, que está, sim, tumulada no Convento das Chagas, de Vila Viçosa; a existência de uma inscrição referente à rainha D. Mariana Vitória, mulher de D. José I, cujo túmulo está, de facto, na igreja de S. Francisco de Paula, às Janelas Verdes; e a falta, por outro lado, da inscrição referente a D. Maria Ana de Áustria.

Mais anomalias se detectam, porém, naquela necrópole. A. Vieira da Silva, no referido “Aditamento”, rectifica algumas datas de inscrições, mas outras, também erradas, corrigimos neste trabalho, indicando entre parêntesis rectos as correctas. Mas há que registar ainda a ausência de referências aos dois filhos

de D. Pedro II, D. João (1688) e D. Teresa [Maria Francisca Xavier Josefa Leonor] (1696 – 1704), ambos também ali depositados.

Do que fica exposto, pode concluir-se, sem dúvida, que os restos mortais da rainha D. Mariana de Austria estão no Panteão de S. Vicente de Fora, muito provavelmente no receptáculo erradamente atribuído a D. Mariana Vitória, que nunca lá esteve. A memória daquela rainha, em especial, mas também as dos outros membros da Casa de Bragança vítimas de indesculpáveis erros de identificação, exigem que se proceda às necessárias rectificações; e exige-o, ainda, o respeito pela verdade histórica e a credibilidade de quem superintende no Panteão.

O Panteão em 1855

Reis

D. João IV (1604 – 1656)
D. Afonso VI (1643 – 1683)
D. Pedro II (1648 – 1706)
D. João V (1689 – 1750)
D. José I (1714 – 1777)
D. Pedro III (1717 – 1786)
D. João VI (1767 – 1826)
D. Pedro IV (1798 – 1834)
D. Pedro V (1837 – 1861)

Rainhas

D. Maria Sofia de Neuburgo (1666 – 1699)
D. Maria Ana de Austria (1683 – 1754)
D. Carlota Joaquina de Bourbon (1775 – 1830)
D. Maria II (1819 – 1853)
D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen (1837 – 1859)

Príncipes, infantas e infantes

D. Teodósio
D. Joana | Filhos de D. João IV

D. João
D. Francisco
D. António
D. Teresa
D. Manuel
D. Francisca | Filhos de D. Pedro II

D. Pedro
D. Carlos
D. Alexandre | Filhos de D. João V

D. Maria Francisca Doroteia
D. Maria Francisca Benedita | Filhas de D. José I

D. José
D. João
D. Maria Isabel
D. Maria Clementina | Filhos de D. Pedro III

D. António | Filho de D. João VI

D. Maria
D. Leopoldo
D. Maria
D. Eugénio
D. Fernando | Filhos de D. Fernando II

D. Augusto de Leuchtenberg e Santa Cruz | 1º marido de D. Maria II

D. Amélia de Bragança | Filha de D. Pedro IV

O Panteão em 1933

Reis, rainhas e regentes do reino

D. Luísa de Gusmão (1613 – 1666)
 D. Catarina de Bragança, rainha da Inglaterra (1638 – 1705)
 D. Afonso VI (1643 – 1683)
 D. Maria Francisca [Isabel de Saboia] (1646 – 1683)
 D. Pedro II (1648 – 1706)
 D. Maria Sofia [de Neuburgo] (1666 – 1699)
 D. João V (1689 – 1750)
 D. José I (1714 – 1777)
 D. Mariana Vitória (1718 – 1781)
 D. Pedro III (1717 – 1786)
 D. Carlota Joaquina (1775 – 1830)
 D. João VI (1767 – 1826)
 D. Isabel Maria (1801 – 1876), filha de D. João VI
 D. Pedro IV (1798 – 1834), [trasladado para o Brasil em 1972]
 D. Amélia A. Eugénia [de Beauharnais] (1812 – 1873)
 D. Fernando II (1816 – 1885)
 D. Maria II (1819 – 1853)
 D. Pedro V (1837 – 1859 [1861])
 D. Estefânia [de Hohenzollern-Sigmaringen] (1837 – 1859)
 D. Luís I (1838 – 1889)
 D. Carlos I (1863 – 1908)
 D. Manuel II (1889 – 1932)

Príncipes e infantes

D. Ana (1635) | Filhas de D. João IV
 D. Joana (1636 [1635] – 1653)

D. Isabel [Luísa Josefa] (1669 [1668] – 1690)
 D. Francisco [Xavier José António Bento Urbano] (1691 – 1742)
 D. António [Francisco Xavier José Bento Teodósio Leopoldo Henrique] (1695 – 1757)
 D. Manuel [José Francisco António Caetano Estevão Bartolomeu] (1697 – 1736)
 D. Francisca Josefa (1699 – 1736)

Filhos de
D. Pedro II

D. Maria Amélia (1831 – 1858 [1853])
 (Partilhará o receptáculo com D. Maria Clementina) | Filha de D. Pedro I do Brasil

D. Maria [Francisca Doroteia] (1739 – 1771) | Filhas de D. José I
 D. Maria [Francisca Benedita] (1746 – 1829)

D. José (1761 – 1788)
 D. João (1763)
 D. Maria Clementina (1774 – 1776)
 D. Maria Isabel (1777 [1776] – 1777) | Filhos de D. Maria I

D. António [Pio] (1795 – 1801)
 D. Maria da Assunção (1805 – 1834) | Filhos de D. João VI

D. Augusto de Leuchtenberg (1810 – 1835)
 (1º marido de D. Maria II)

D. João (1846 [1842] – 1861)
 D. Fernando (1846 – 1861)
 D. Augusto (1847 – 1889)
 D. Leopoldo (1849 – 1857 [1849])
 D. Maria (1851)
 D. Eugénia Maria [D. Eugénio] (1853) | Filhos de D. Maria II

D. Afonso (1865 – 1920) | Filho de D. Luís I

D. Maria (1888)
 D. Luís Filipe (1887 – 1908) | Filhos de D. Carlos I



Associação dos Arqueólogos Portugueses

